

BOLETIM 38

Brasília, 8 de janeiro de 2016

Dilma: país vai ter que “encarar” a reforma da Previdência Social

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quinta-feira (7), em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, que o país vai ter que "encarar" uma reforma da Previdência Social. Sem detalhar as medidas que pretende propor para modificar o sistema previdenciário, Dilma sinalizou que pode sugerir uma idade mínima para aposentadoria.

A presidente destacou aos jornalistas que há várias maneiras de se promover uma reforma previdenciária, entre as quais a fixação da idade mínima para aposentadoria e também a definição de novas regras que consideram idade e tempo de contribuição.

A presidente disse que, atualmente, os brasileiros estão envelhecendo mais e, por isso, "não é possível" que a idade média de aposentadoria no país seja de 55 anos.

Expectativa de vida

Ela observou que, nos últimos anos, a expectativa de vida da população brasileira aumentou em torno de 4,6 anos. Dilma ponderou que, nesse ritmo, no futuro não haverá trabalhadores em número suficiente para sustentar a Previdência Social.



Jornalistas entrevistam a presidente no Palácio do Planalto

O Brasil é um dos poucos países do mundo que não exigem uma idade mínima para a aposentadoria. De acordo com a presidente, todos os países desenvolvidos buscaram nas últimas décadas aumentar a idade mínima.

"Nós estamos envelhecendo mais e morrendo menos. Nossa expectativa de vida nos últimos anos aumentou talvez de forma bastante significativa, em torno de 4,6 anos. Isso implica que é muito difícil você equacionar um problema. Não é possível que a idade média de aposentadoria no Brasil seja de 55 anos. Para as mulheres, um pouco menos", declarou.

"O Brasil vai ter de encarar a questão da Previdência. Você tem várias formas de encarar a questão da Previdência. Os países desenvolvidos – e não falo os emergentes, os grandes emergentes – não têm assim uma política clara de aposentadoria comparável com a nossa, mas todos buscaram aumentar a idade de acesso, a idade mínima para acessar a aposentadoria. Tem esse caminho", acrescentou.

Nova regra

A norma em vigor para aposentadoria no Brasil, sancionada por Dilma em novembro de 2015,



varia progressivamente de acordo com a expectativa de vida da população.

A chamada regra 85/95 progressiva definiu uma pontuação mínima para homens e mulheres, a cada dois anos, para receber 100% do benefício de aposentadoria.

Nesta quinta, Dilma também mencionou a possibilidade de o país estabelecer uma nova regra que misture idade com tempo de contribuição, a exemplo do 85/95 progressivo. "Tem um outro caminho também, que é o 85/95 móvel, progressivo, que resultará na mesma convergência."

Internamente, integrantes do governo avaliam a reforma da Previdência Social como uma medida urgente para sanear as contas públicas. No entanto, a proposta sofre resistência tanto do PT quanto das centrais sindicais, um dos principais segmentos de apoio ao governo Dilma.

Direitos

Prevendo as dificuldades que enfrentará para promover mudanças na Previdência Social, a presidente advertiu que eventuais mudanças nas regras de aposentadoria não irão retirar direitos adquiridos.

"Não se pode achar que isso [reforma da previdência] vai afetar os direitos adquiridos. As coisas afetam daqui para frente. E há outro problema: o tempo de transição. Ninguém faz uma reforma dessas sem considerar o período de transição, levando em conta os direitos adquiridos", destacou a presidente.

Dilma prometeu ainda que as alterações previdenciárias serão debatidas antecipadamente com a sociedade. Segundo ela, o governo pretende discutir o assunto com um fórum de representantes

de trabalhadores, empresários, parlamentares e membros do Executivo federal.

Erros do governo

Em outro momento do café da manhã desta quinta, a presidente Dilma foi questionada pelos jornalistas sobre "erros" que o governo cometeu na economia.

Segundo ela, o "maior erro" foi o Planalto não ter percebido "o tamanho da desaceleração econômica". Dilma disse que um fator que agravou a crise na economia brasileira foi a seca enfrentada pelo país no ano passado, a pior da História, afirmou.

"Acho que o maior erro do governo, ainda em 2014, foi nós não percebermos o tamanho da desaceleração que ocorreria com efeitos externos e internos, com a crise de países com os quais nos relacionamos, e a queda brutal do preço de commodities. Ligado a isso, enfrentamos a pior seca, que é esta."

"Esses são alguns dos erros, mas podem ter tido outros. Qualquer atividade humana é passível de erros, e, no governo não pode ter erros, principalmente na gestão", completou.

Reequilíbrio fiscal e inflação

A presidente também disse que governo vai buscar o reequilíbrio fiscal para conter a inflação, que ultrapassou o teto da meta, de 6,5%, em 2015. Ela disse que o objetivo do governo é que a inflação volte, "o mais rápido possível", para o centro da meta, de 4,5%.

"O reequilíbrio fiscal é fundamental para a redução da inflação. Temos que reduzi-la. Nosso objetivo é que volte o mais rápido possível para o centro da meta e o mecanismo é o reequilíbrio fiscal.



Também para perseguir o superávit de 0,5%, porque garantindo isso, terá condições para que a inflação se reequilibre e volte para o centro da meta", afirmou Dilma.

"O BC [Banco Central] dá horizonte de 2017 e nós queremos nos aproximar da inflação de cima da meta ainda este ano. Temos de ter expectativa de que 2016 será um ano melhor", continuou a presidente.

CPMF

A presidente disse ainda que o governo vai buscar o diálogo para aprovar, nos próximos meses, medidas que, segundo ela, vão ajudar na recuperação da economia.

Entre elas, a presidente listou a volta da CPMF e a aprovação da DRU (Desvinculação de Receitas da União).

"Um dos pontos é aprovar a CPMF. É visível que estados e municípios precisam desse recurso. Asseguro que uma parte resolve. A CPMF não é só para o reequilíbrio fiscal, mas uma questão de saúde pública."

A presidente também defendeu a aprovação no Congresso Nacional de projetos que, segundo ela, permitirão a implantação de uma política de exportações "agressiva" e focada na abertura de relações comerciais com outros países

Ainda no tema economia, Dilma repetiu o ministro Jaques Wagner ao afirmar que não há "coelho na cartola" para tratar a situação que o país atravessa. Ela voltou a apontar, entre as causas para a crise, a queda no preço de commodities.

"Acho que não tem coelho na cartola na economia, porque a instabilidade macroeconômica tem a ver com duas grandes ações: estabilidade macroeconômica e a arrecadação, que sofreu

profundamente com o fato de queda do superciclo das commodities. Tudo isso, de forma acentuada, provocou a queda de receita", continuou a presidente.

Juros

Apesar de ter falado abertamente sobre inflação, reforma da Previdência Social e CPMF, Dilma evitou tecer comentários sobre o atual patamar de juros do país. A política de juros brasileira é gerida pelo Banco Central, que tem autonomia para aumentar ou reduzir os juros.

"Há muito tempo não me manifesto sobre juros. Não analiso, não falo ou teço comentários. É uma área muito delicada para dar palpite", disse a presidente aos jornalistas.

Investigações em 2016

A presidente também abordou as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Para ela, é preciso manter o direito de defesa das pessoas e acabar com a "espetacularização" das apurações.

Sem citar um caso específico, a presidente disse que destruir empresas não é uma ação "adequada" no combate à corrupção.

Ela disse ainda ter "medo" de vazamentos sobre as informações obtidas por investigadores e afirmou que não se pode ter "dois pesos e duas medidas" no país.

"Como presidenta, reconheço a importância das investigações e, em médio ou longo prazos, teremos relação mais correta com a coisa pública. A impunidade começou, de fato, a ser ameaçada", declarou.



Embora não tenha falado diretamente do processo de impeachment que enfrenta na Câmara dos Deputados, Dilma disse que teve a vida virada "dos avessos".

"Tenho certeza que devo ter sido virada dos avessos e tenho clareza que podem continuar me virando dos avessos. Sob minha conduta não paira embaçamento algum", afirmou.

Relação com Temer

Dilma também falou rapidamente sobre a relação com o vice-presidente Michel Temer— que vive o momento de maior desgaste desde que os dois assumiram o Palácio do Planalto, em janeiro de 2011.

No mês passado, Temer enviou à presidente uma carta na qual apontou suposta desconfiança dela em relação a ele. O conteúdo da mensagem gerou intensa repercussão política em Brasília, e o resultado foi um anúncio, por parte dos dois, de que a relação entre eles será "institucional" de agora em diante.

Perguntada sobre como está a relação, Dilma disse que está "ótima". Indagada, então, sobre se acha que Temer trabalhou para ocupar a Presidência no lugar dela, Dilma respondeu: "Não acho".

Fonte: Portal G1

Indústria nacional sofre sexta queda consecutiva, segundo IBGE

Na comparação com 2014, recuo de 12,4% é o maior desde 2003. Indústrias extrativas caíram 11%, influenciadas pelo desastre em MG

A indústria nacional mostrou sua sexta queda mensal seguida em novembro. Na comparação com outubro, o recuo foi de 2,4%, segundo informou nesta quinta-feira (7) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda do penúltimo mês do ano foi a mais forte desde dezembro de 2013, quando a retração chegou a 2,8%.

Já em relação ao mesmo período de 2014, o tombo da indústria brasileira foi maior, de 12,4%. Considerando apenas o mês de novembro, essa queda anual é a maior da série histórica do IBGE, que tem início em 2003.

A maioria dos segmentos da indústria pesquisados pelo IBGE teve resultados negativos, com destaque para as indústrias extrativas, de minério, borracha, por exemplo, que viram sua produção cair 10,9%, bem como as de coque,



Produção da indústria extrativa caiu quase 11% em novembro

produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que recuaram 7,8%.

Nesse mês, o desempenho dessas indústrias foi influenciado negativamente pelo rompimento da barragem de mineração em Minas Gerais e pela greve dos petroleiros, de acordo com o IBGE.

Fonte: IBGE

Também diminuíram as produções de itens alimentícios (-2,2%), produtos de minerais não-metálicos (-3,5%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-6,0%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-3,9%) e produtos do fumo (-14,9%), entre outros.

Na contramão, o setor de veículos, que vinha mostrando números negativos, mostrou alta de 1,3%, seguido pelo de metalurgia (1,4%), de bebidas (1,4%) e de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (0,7%).

Entre as categorias econômicas, como são divididos os setores da indústria, bens intermediários tiveram a maior queda, de 3,8%. Bens de consumo duráveis recuaram menos, 3,2%, assim como bens de capital, que caíram 1,6%. O setor de bens de consumo semi e não-duráveis foi o único a mostrar um número positivo (0,4%).

Fonte: Portal G1

Menos dinheiro na poupança; e menos para a casa própria

Em um ano marcado pela forte crise econômica, com alta da inflação, dos juros, do desemprego e de vários tributos, as retiradas de recursos da caderneta de poupança superaram os

depósitos em R\$ 53,56 bilhões em 2015, informou Banco Central nesta quinta-feira (7).

Foi a primeira vez em dez anos que mais recursos saíram que entraram da caderneta, e a maior fuga de valores desde o início da série histórica do BC, em 1995.

Até então, o ano com maior saída de recursos havia sido 2003, quando R\$ 10,42 bilhões deixaram a caderneta de poupança. Em 2013 e 2014, respectivamente, R\$ 71 bilhões e R\$ 24 bilhões haviam entrado na modalidade.

No ano passado, os depósitos em caderneta de poupança somaram R\$ 1,90 trilhão, ao mesmo tempo em que os saques de recursos totalizaram R\$ 1,96 trilhão. Já os rendimentos creditados nas contas dos poupadores somaram R\$ 47,43 bilhões em 2015. Com a forte saída de valores, o volume total aplicado na caderneta recuou. No fim do ano passado, o estoque da poupança totalizava R\$ 656 bilhões, contra R\$ 662 bilhões no fechamento de 2014. Foi a primeira queda anual do estoque desde o início da série histórica do BC, em 1995.



Saída de recursos da poupança afeta diretamente o crédito para a compra de imóveis



Menos recursos para a casa própria

O menor interesse na poupança também afeta os financiamentos imobiliários, uma vez que a modalidade é fonte de recursos para a casa própria. Pelas regras, os bancos precisam destinar 65% dos saldos da poupança (SBPE) para o crédito imobiliário. No ano passado, ficou caro financiar a casa própria pela Caixa Econômica Federal, usando recursos da poupança. Em setembro, ocorreu a terceira alta das taxas em 2015.

Cenário econômico adverso

A evasão de recursos da poupança aconteceu em um ano caracterizado pelo baixo nível de atividade, com a economia brasileira em recessão. A expectativa do mercado é de que o PIB tenha registrado contração de 3,71% em 2015 – o que, se confirmado, será o maior tombo em 25 anos. O endividamento das famílias, por sua vez, continuou elevado.

Além disso, outros fatores também impactaram a renda dos brasileiros, como a alta da inflação, dos juros, do desemprego e de vários tributos, como aqueles sobre empréstimos, importados, carros, cosméticos, cerveja, vinhos, destilados, bancos, receitas financeiras das empresas, taxas de fiscalização de serviços públicos, gasolina e exportações de manufaturados.

Baixo rendimento

Além disso, outro fator que contribuiu para a saída de recursos da poupança foi seu baixo rendimento frente a outras modalidades. Isso ocorre porque o rendimento dos fundos de renda fixa sobe junto com a Selic. Já o rendimento das cadernetas, quando a taxa de juros está acima de 8,5% ao ano,

como atualmente, está limitado em 6,17% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR).

Segundo cálculos da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), com os juros básicos atualmente em 14,25% ao ano (o maior nível em nove anos), as aplicações em renda fixa, como os fundos de investimento, ganham mais atratividade e ganham da poupança na maioria das situações. A poupança continua atrativa somente para fundos com taxas de administração acima de 2,5% ao ano.

Em 2015, outros investimentos foram mais atrativos, como o dólar, que subiu 48,6%, o euro, com alta de 33,67%, o ouro (+33,63%), além de papéis indexados ao IPCA (+17,6%), os fundos DI (+13,17%) e os CDB's (+12,88%).

Apesar do baixo rendimento, especialistas avaliam que a caderneta de poupança ainda pode ser uma boa opção, mas somente em poucos casos. Pode ser uma boa alternativa, por exemplo, para pequenos poupadores (com pouco dinheiro guardado), para pessoas que buscam aplicações de curto prazo (poucos meses) ou que procuram formar um "fundo de reserva" para emergências – uma vez que não há incidência do Imposto de Renda.

Fonte: Portal G1

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)